




[SS-897] **CAUNETO COMBUSTIVEIS LTDA - 02.037.327/0001-63** Criado: 21/set/23 Atualizado(a): 13/nov/24

Status:	Aguardando Aprovação
Projeto:	Solicitações SAC
Componentes:	Nenhum
Versões afetadas:	Nenhum
Versões corrigidas:	Nenhum

Tipo:	Solicitação de Serviço	Prioridade:	Média
Relator:	Bruna Spanhol	Responsável:	Sabrina Silva
Resolução:	Não resolvido(s)	Votos:	0
Categorias:	Nenhum		
Estimativa de trabalho restante:	Desconhecido		
Tempo gasto:	Desconhecido		
Estimativa original:	Desconhecido		

Anexos:	 DESPACHO 2023-67.pdf  DESPACHO 2023-78.pdf  DESPACHO 2023-12.pdf
Request participants:	
Organizations:	Nenhum
Valor Juros:	0
Valor Multa:	0
Valor Original:	35.846,62
Valor Total:	35.846,62
Selecione o assunto::	DESPACHO DECISORIO
Origem da demanda:	WhatsApp
Informe se INSS ou PIS COFINS:	PIS/COFINS
Ultimo que atualizou a tarefa:	Tributo Justo

Descrição

PROCURAÇÃO TJ 18/09/2028

Comentários

Comentado por <a href="#">Bruna Spanhol</a> [ 21/set/23 ]
<a href="#">DESPACHO 2023-78.pdf</a> <a href="#">DESPACHO 2023-67.pdf</a> <a href="#">DESPACHO 2023-12.pdf</a> <a href="#">Tarlyton Zart Necker Louise</a>
Comentado por <a href="#">Louise</a> [ 21/set/23 ]
Boa tarde
Estamos verificando essa situação.
att
Comentado por <a href="#">Sabrina Silva</a> [ 22/set/23 ]
<a href="#">Louise</a> há prazo para retorno?
Comentado por <a href="#">Sabrina Silva</a> [ 08/dez/23 ]
<a href="#">Louise Tarlyton Zart Necker</a> foi possível verificar ?
Comentado por <a href="#">Bruna Spanhol</a> [ 03/abr/24 ]
<a href="#">Louise Tarlyton Zart Necker</a> PSC.
Comentado por <a href="#">Bruna Spanhol</a> [ 23/mai/24 ]
<a href="#">Louise Tarlyton Zart Necker</a> PSC.
Comentado por <a href="#">Thayná Lopes</a> [ 25/jun/24 ]
<a href="#">Louise Tarlyton Zart Necker</a> PSC.
Comentado por <a href="#">Thayná Lopes</a> [ 26/jun/24 ]
<a href="#">Louise</a> PSC

Comentado por [Letícia Dias](#) [ 06/ago/24 ]

[Isabela Colere de Matos](#)

Comentado por [Sabrina Silva](#) [ 30/ago/24 ]

Pessoal, algum retorno desse chamado ?[Louise Letícia Dias](#)

Comentado por [Valdelice Siqueira](#) [ 04/out/24 ]

[Louise Letícia Dias](#) Meninas, posicionamento por favor!

Comentado por [Louise](#) [ 16/out/24 ]

[Nicolle Rodrigues Rondineli Evangelista](#) Poderiam nos auxiliar na seguinte situação: recebemos despachos referentes a PER/DCOMP's retificadoras que não foram admitidos. Os despachos são relacionados a pedidos do 4º trimestre de 2017 e 1º trimestre de 2018.

O pedido original foi protocolado em 08/02/2022 e 05/04/2022, ambos no código 101, e retificado em 22/05/2023 para o código 201. No entanto, o motivo do indeferimento mencionado nos despachos foi: *"Retificador para pedido de restituição ou ressarcimento transmitido em prazo superior a cinco anos da data de constituição do crédito apresenta aumento no valor pleiteado."*

Solicitamos a verificação se há alguma jurisprudência aplicável ou possíveis soluções para essa situação. uma vez que o protocolo inicial foi dentro do prazo dos 60 meses.

Comentado por [Nicolle Rodrigues](#) [ 21/out/24 ]

Bom dia pessoal!

#### **Despacho Decisório 3704615**

**01/10/2017 a 31/12/2017 - Período de apuração**

**01/01/2018 - Início do prazo de 5 anos para retificar**

01/01/2019 - 1 ano

01/01/2020 - 2 anos

01/01/2021 - 3 anos

01/01/2022 - 4 anos

**01/01/2023 - 5 anos e término do prazo**

**22/05/2023 - Transmissão da retificadora**

O indeferimento da retificadora referente a este caso foi correto, pois as retificadoras foram transmitidas após término do prazo de 5 anos.

**Por outro lado, quanto aos despachos 3704623 e 3704622 os prazos só seriam extrapolados em 01/01/2024, motivo pelo que não compreendi o indeferimento da retificadora transmitida.**

O correto seria recorrermos em âmbito administrativo para contestar o cálculo do prazo decadencial, mas como já passou o prazo, **resta a via judicial.**

Como os despachos foram emitidos há mais de 120 dias, também não é mais possível a impetração de Mandado de Segurança.

Nesse caso, sugiro que prossigamos com uma ação anulatória de ato administrativo para fim de anular o despacho proferido, visto que contém erro no cálculo do prazo decadencial da retificação das declarações.

Contudo, o cliente deverá estar ciente das taxas judiciárias, custas de distribuição, e, eventualmente, produção de provas (como perícia contábil) e honorários sucumbenciais.

[Louise](#) Por favor, poderia informar qual tese trata-se o presente caso e quais são os valores dos créditos envolvidos?

Comentado por [Tributo Justo](#) [ 13/nov/24 ]

Chamado migrado para o Odoo

Gerado em Wed Nov 13 18:58:22 GMT 2024 por Tributo Justo usando JIRA 1001.0.0-SNAPSHOT#100275-  
rev:1663ce719d626dc000a9df0af52cdab3043da5c9.